

ESTADO, REDES TÉCNICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS – APROXIMAÇÃO E REFLEXÕES ANALÍTICAS

Andre Santos da Rocha¹

Artur Sérgio Lopes²

Floriano Godinho de Oliveira³

6

Resumo: Na medida em que as transformações técnicas avançam em diferentes porções do território, os processos de reestruturação espacial ganham novos contornos políticos. Esse movimento suscita dos estudos econômico-espaciais uma renovada e necessária compreensão do modo como os sistemas de ações articulam escalas de forças envolvendo Estado, grupos corporativos e um intrincado (e conflituoso) processo de luta popular frente às imposições hegemônicas. Na atualidade, esses fatores demandam da ciência novos parâmetros analíticos para compreensão das múltiplas determinações econômicas e sociais de diferentes redes técnicas. Neste sentido, reflexões e discussão sobre transportes, logística, redes portuárias, redes de energia e de telecomunicações, redes de água e de esgotamento sanitário se tornam fundamentais para compreensão das mudanças recentes e nossa sociedade, bem para subsidiar as políticas públicas que possam favorecer a sociedade de forma geral. Assim, o presente texto surge como apresentação do “Dossiê Estado, redes técnicas e Políticas públicas” além de levantar reflexões analíticas que atravessam as infinitas possibilidades de estudos nestas temáticas.

Palavras-chave: Espaço e Economia; Reflexões analíticas; estudos socioeconômicos

¹ Doutor em Geografia pela UFRJ. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em geografia da UFRRJ. Email: asrgeo@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0547-5550>

² Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pelo PPFH-UERJ, Professor da FAETERJ – Paracambi. Email: rutraoigres@yahoo.com.br. Orcid: <http://orcid.org/0009-0009-2573-7272>

³ Doutor em Geografia pela USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH-UERJ. Email, fgodinhodeoliveira@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9487-3341>

STATE, TECHNICAL NETWORKS AND PUBLIC POLICIES - APPROACHES AND ANALYTICAL REFLECTIONS

Summary: As technical transformations advance in different parts of the territory, the processes of spatial restructuring take on new political contours. This movement calls for a renewed and necessary understanding of how systems of action articulate scales of forces involving the state, corporate groups and an intricate (and conflicting) process of popular struggle in the face of hegemonic impositions. Today, these factors demand new analytical parameters from science in order to understand the multiple economic and social determinants of different technical networks. In this sense, reflections and discussions on transport, logistics, port networks, energy and telecommunications networks, water and sewage networks are essential for understanding recent changes in our society, as well as for supporting public policies that can benefit society in general. Thus, this text appears as a presentation of the "State, technical networks and public policies" dossier, as well as raising analytical reflections that cross the infinite possibilities of studies on these themes.

Keywords: Space and Economy; Analytical reflections; socio-economic studies

ESTADO, REDES TÉCNICAS Y POLÍTICAS PÚBLICAS - ENFOQUES Y REFLEXIONES ANALÍTICAS

Resumen: A medida que avanzan las transformaciones técnicas en distintas partes del territorio, los procesos de reestructuración espacial adquieren nuevos contornos políticos. Este movimiento exige una renovada y necesaria comprensión de cómo los sistemas de acción articulan escalas de fuerzas en las que intervienen el Estado, los grupos corporativos y un intrincado (y conflictivo) proceso de lucha popular frente a las imposiciones hegemónicas. En la actualidad, estos factores exigen a la ciencia nuevos parámetros analíticos para comprender los múltiples determinantes económicos y sociales de las diferentes redes técnicas. En este sentido, las reflexiones y discusiones sobre el transporte, la logística, las redes portuarias, las redes de energía y telecomunicaciones, las redes de agua y alcantarillado se han vuelto fundamentales para comprender los cambios recientes en nuestra sociedad, así como para subsidiar políticas públicas que puedan favorecer a la sociedad en general. Este texto aparece, por lo tanto, como una presentación del dossier "Estado, redes técnicas y políticas públicas", además de plantear reflexiones analíticas que atraviesan las infinitas posibilidades de estudios sobre estos temas.

Palabras clave: Espacio y Economía; Reflexiones analíticas; Estudios socioeconómicos

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)

Introdução

O aumento gradativo do debate sobre o Estado e os limites de seus papéis como agente estratégico no conjunto das forças produtivas, aponta para um resgate de sua importância no planejamento econômico, político e territorial. A retomada das discussões sobre esse importante ator é demonstrada por meio da intensidade que as disputas eleitorais e a polarização política - que pode ser exemplificado nas últimas eleições presidenciais brasileiras, argentinas, americanas e outras - mas também é oriundo dos questionamentos sobre os rumos do desenvolvimento e as opções econômicas adotados pelos governos no que se relaciona aos campos sociais.

Tanto no Brasil quanto na América Latina, a interpretação sobre o Estado está sob a influência hegemônica do pensamento Neoliberal, sobretudo, por conta dos efeitos políticos e psicossociais advindos da absorção das teses do Consenso de Washington às práticas macroeconômicas que possuem claras e fortes impactos no ordenamento dos territórios. Tal concepção, que influenciou muitos países nas décadas de 1990 numa “onda neoliberal”, fomentou, avassaladoramente, políticas com campanhas de privatização em diferentes setores, diminuição das intervenções na estrutura técnica e produtiva, cerceamento dos investimentos estatais em demandas de setores sociais, indução de políticas fiscais e flexibilização das relações trabalhistas, entre outras tantas ações que repercutem em diferentes escalas da região e dos países, caracterizando as feições de um Estado-mínimo.

Essa concepção de um Estado-mínimo, tem referência na noção liberal de que caberia apenas ao Estado a coerção, a força de polícia para garantir a segurança jurídica para o movimento da circulação do capital. Porém, basta uma mirada sobre o século XX para percebermos que o Estado desempenha um papel extremamente relevante no que tange a garantia das condições de organização das forças produtivas (HOBBSAWM,1995).

Concordamos com Nico Poulantzas quando escreve a necessidade de retomar o debate sobre o Estado, porque ele é parte preponderante da organização, mediação, inerente ao desenvolvimento das relações sociais de produção (POULANTZAS, 1985). Para o Autor, sua ossatura, ou seja, suas organizações, instituições e práticas dão contorno e materialidades as práticas sociais. O Estado deixa de ser percebido como um ente fantasmagórico de coerção social ou de um modelo ideológico repressor das classes populares, mas parte da tensão de uma sociedade em disputa, portando refletindo as contradições de uma sociedade de classe.

Ao deslocar nossa atenção para o Estado e sua ossatura, estamos buscando compreender como em diferentes esferas de atuação deste ator se realizam as construções das condições gerais de produção e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista (MARX,1984:capítulo XIII). Mas, para além disso, sem perder a perspectiva de totalidade que atravessa o atual contexto de reestruturação global do capitalismo, direcionarmos o olhar para uma análise em potencial de nossa sociedade. Observando as possibilidades que se apresentam diante de posturas e renovações que estão enraizadas nos seios do desenvolvimento, tal como o conhecemos hoje.

Diante disso, é que consideramos pertinente que esta edição, na forma de um Dossiê dos trabalhos apresentados e debatidos no âmbito do IV Colóquio Espaço e Economia, destaque os dois temas que foram tratados no GT 3 intitulado “Estado, redes técnicas e reestruturação do espaço”: tecnologias e suas implicações jurídicas, organizacionais e institucionais; e as redes técnicas e as políticas públicas.

As redes técnicas aqui assumem um papel fundamental na compreensão das novas formas de acumulação do tempo presente. Trata-se de como as relações espaço-tempo são interpretadas atualmente, já que o papel da circulação ganha relevo no atual ciclo de acumulação (HARVEY,1992). Palavras como “prover infraestrutura”, “viabilizar circulação”, “ampliar a fluidez”, são referências que estão impondo um processo de modernização e de inovações nos sistemas de transportes atual, para concretizar o deslocamento de mercadorias e capitais. Ao colocar como pauta do desenvolvimento a

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)

ampliação de grandes projetos de infraestrutura e de logísticas que envolvem a sobreposição de sistemas técnicos (ferrovias, aeroportos, rodovias, portos) percebemos a importância e relevância atual das redes técnicas.

Gabriel Dupuy (1993) já destacava que as redes adquirem relevância na intensificação da integração e conectividade entre lugares e territórios. Elas são tanto econômicas quanto sociais. As redes, dão suporte em todas as etapas do processo de circulação do capital, viabilizando tanto a circulação de mercadorias e pessoas, quanto de capitais propriamente dito, por meio das bases materiais das estruturas viárias, como também por meio do aprimoramento das redes de comunicação, materiais e imateriais (se pensarmos das redes telecomunicação e informáticas). Com efeito, estamos diante de um processo de reestruturação das redes, tanto em seu sentido de necessidade para a circulação do capital, quanto para viabilizar as novas bases regionais de (re)produção das condições gerais de produção (vide o papel que possuem as redes de saneamento e energia). Logo, tais redes devem ser vistas não apenas como infraestrutura, mas como condição geral de produção.

Como condição geral, as redes não apenas viabilizam a produção, como sem ela tal modelo de circulação não seria possível. Segundo Sandra Lencioni (2007), como condições gerais, as redes podem ser interpretadas de duas formas. Aquelas ligadas diretamente ao capital e aquelas de associação indireta. As primeiras estariam diretamente relacionadas ao sistema produtivo (grandes ferrovias, projetos de integração de rodovias para entroncamento logísticos de áreas produtivas). Estas, por sua vez, como participam ativamente e inerentemente do ciclo produtivo acabam por receber mais atenção. Portanto, estão em maior evidência. A segunda, são aquelas que embora sejam operantes no ciclo produtivo, não estão engajadas diretamente ao processo de produção do valor. Estão associadas aos meios de “consumo coletivo com conexão indireta com os processos de produção”, porque estão cooperando no realizar, por exemplo, o abastecimento e capacitação da força de trabalho. Estamos de alguma forma tratando de redes de escolas, redes de água e esgotamento sanitário, redes de

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)

eletricidade. Nas palavras de Lencioni “*É isso que explica o ritmo mais acelerado da produção de rodovias e das redes de fibra ótica, do que o ritmo dos equipamentos coletivos de consumo voltados para o desenvolvimento do ensino, por exemplo*”.

Nestas argumentações o horizonte espacial privilegiado é a da circulação do capital, e não necessariamente de benefício que a ampliação, investimento e fomento que as redes podem viabilizar para a demandas da sociedade. A partir destas postulações, vão ficando claras a necessidade de empreender iniciativas que possam valorizar demandas que ampliem, fomento, elementos de demanda popular não apenas a lógica imperativa do sistema produtivo.

Por isso, é que se reitera o papel do Estado e de suas políticas sociais mais amplas. Em suas ossaturas (instituições e representatividades) é possível construir e tecer elementos que agenciem possibilidades de valorização do social em antecipação e o econômico (POLANY,2000). Daí a importância de pensar as Políticas Públicas.

Em primeiro lugar, estamos aqui assumindo que as políticas públicas são o Estado em Movimento (OLIVEIRA; ALGEBAILLE, 2019). O Adjetivo público é oriundo tanto do objetivo quanto da origem da formulação de tais políticas. Elas devem ser vistas como garantidoras amplas de direitos no território, para reparar, integrar e permitir ampla assunção de direitos (ROCHA, 2012). Por isso, observar a formulação e a execução de políticas públicas necessita fazer parte do escopo dos estudos sobre o Estado. Par Ler a ossatura do Estado é necessário compreender que este faz parte de um campo em disputa. Em diferentes momentos históricos teremos diferentes feições deste Estado, logo também dos objetivos, êxitos e alcance das formulações políticas.

Ao observarmos o cenário das privatizações das estatais brasileiras não se está realizando apenas um estudo sobre viabilidade econômica de uma empresa. Realiza-se a leitura da operação que vai conduzir os rumos das políticas que podem tem impactos da vida milhares de cidadãos. Pensar sobre o transporte urbano, e se questionar o não avanço de algumas propostas, estamos questionando que tipo de Estado está posto e

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)

quais são suas demandas e diretrizes. Em contexto em que cada vez é mais aguda a perda dos direitos sociais, nunca foi tão importantes o realce dos estudos sobre o Estado, as redes técnicas e as políticas públicas.

Pensar tais temas não deixar de ser uma forma de provocar reflexões sobre “justiça espacial na cidade” (HARVEY, 2009). Realizar uma leitura das políticas públicas são na prática o Estado em movimento, sua construção e implementação são parte indissociável da forma como espaço é produzido, logo sua leitura não pode ignorar relações entre Estado, Capital e o Território (OLIVEIRA; ALGEBAILLE, 2020) para que possamos entender a produção desigualdades nos diferentes territórios.

Há uma perspectiva de compreensão a ser destacada. Refere-se ao que Ellen Wood (2011, p. 28,) observa em Marx no tocante à correspondência entre os fatores econômicos e políticos no capitalismo. A autora afirma que a distinção em “sua análise da economia política clássica é que ela não cria descontinuidades nítidas entre as esferas econômica e política”; sendo, assim, “capaz de identificar as continuidades porque trata a própria economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas, assim como a esfera política, como um conjunto de relações sociais” (ibid., apud LOPES, 2022, p.5).

O que se refere aqui é a amplitude da rede técnica, nas materialidades e movimentos que a compõe, que se expressa nas dimensões econômicas, políticas e sociais. Em tais imbricamentos a correspondência entre a rede técnica, o território e o desenvolvimento se fazem presente.

No que tange ao território, destaca-se a compreensão de Milton Santos (2005) sobre o território usado, entendido como “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” que, por sua vez, expressa-se por meio dos “objetos e ações”, assim como, por meio dos “objetos técnicos” que nos possibilitam a “fluidez virtual” – prioritariamente “posta a serviço da competitividade” – e “das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas” (p. 255-256). Nesta perspectiva, a noção de território usado, nos permite apreender *o sentido político da produção e realização do valor, assim como da produção e reprodução do social.*

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)

No que se refere ao desenvolvimento, vamos ao encontro das formulações em Brandão (2012), em que o autor sinaliza a sua perspectiva metodológica a partir “da discussão de propostas alternativas” de desenvolvimento “e pelo tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas” (ibid., p. 36). Observa, assim, que é “preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento” (ibid.). Observa, também, a relevância das “escalas intermediárias” que, para seu entendimento, “ganham novo sentido e importância nessa fase do capitalismo” (ibid.),

Ao concebermos a correspondência analítica entre os conceitos de *rede técnica*, *território* e *desenvolvimento*, sinaliza-se, aqui, ao que podemos definir como a tríade conceitual que embasou os debates, experimentados no transcorrer das atividades do Grupo de Trabalho sobre o Estado, redes técnicas e reestruturação do espaço.

Qual o papel das Instituições de Estado no fomento das redes técnicas? Quais os impactos das decisões governamentais na vida macro e microeconômica? Qual movimento recente de reivindicação popular nas redes? Qual o papel que novas redes desempenham na estrutura produtiva em diferentes localizações?

Essa e outras questões emergem neste dossiê com o intuito provocativo e de movimento. A formulação em formato textual é uma forma a possibilitar uma maior disseminação de debates entorno dos temas sobre o Estado, as redes técnicas e as políticas públicas, que perpassam diferentes autores e grupos de investigação e é sintetizado e apresentado agora ao público em geral.

Referências

BRANDÃO, Carlos. Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2012. 229 p.

DUPUY, Gabriel. Géographie et économie des réseaux. **Espace géographique**, v.22, n°3, 1993. pp. 193-209; Disponível em: < https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1993_num_22_3_3206 > Acesso em: 07/2021.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas*.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)

- HARVEY, D. **Social justice and city**. Georgia: University Of Georgia Press, 2009.
- HOBBSAWM, Erick. **A era dos Extremos**. Record; Rio de Janeiro, 1995.
- LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 2007, Vol. 11, <https://raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/73954>. Acesso em: 17/10/2023
- LOPES, A. S. Território e rede, inovação e desenvolvimento. A formação tecnológica em questão., **Espaço e Economia** [online], | 2021, posto online no dia 14 janeiro 2022, consultado 15 janeiro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/espaco-economia/21370>
- MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- OLIVEIRA, Floriano.G. ALGEBAILLE, Eveline. Gestão territorial e políticas públicas no Estado contemporâneo. In: Avelar Mutim; Cecília Mourão; Roberto da Cruz Melo; Thyse Lacerda. (Org.). **Educação ambiental, políticas públicas e gestão social dos territórios**. 1ªed.Curitiba: Editora CRV, 2020.
- _____. As relações entre capital, Estado e território e suas implicações para a análise de políticas públicas. In: Eloiza de Oliveira: Floriano G de Oliveira; Luiz Saléh Amado. (Org.). **Política Pública e Formação Humana: contribuições para o futuro**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, v. I, p. 50-73.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: editora Campus, 2000.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 (2ª edição).
- ROCHA, André S. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 99-113. Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3711/2580> > Acesso em 10/12/2019.
- SANTOS, M. O retorno do território. OSAL: Observatório social de América Latina, XVI, pp. 251-261, 2005.
- WOOD, E. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Data da Submissão: 10/12/2023

Data da avaliação: 26/12/2023

ROCHA, LOPES & OLIVEIRA, *Estado, redes técnicas e políticas públicas – aproximação e reflexões analíticas*.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.483](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.483)